

por

(Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

A UNIVERSIDADE NO TEMPO DE D. MANUEL I. ALGUMAS NOTAS

A vida da Universidade durante o reinado de D. Manuel conheceu uma fase de grande desenvolvimento e apresentou algumas facetas singulares que procuraremos realçar neste trabalho, conscientes de que mereciam um maior aprofundamento e de que muitas outras poderiam ser seleccionadas. D. Manuel interessou-se bastante pela Universidade portuguesa, nos aspectos de instituição, ampliação e modernização dos edifícios, bem como de promoção de estudantes e professores. Isto em plena época dos descobrimentos.

Como fontes principais utilizaremos em especial os vols. IX (1491-1500, docs. 3391-3883), X (1501-1510, docs. 3884-4309) e XI (1511-1520, docs. 4310-4998) do *Chartularium Universitatis Portugalensis* e os vols. I (1506-1516) e II (1516-1529) do *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis*, duas notáveis obras que se ficaram a dever ao Prof. Doutor Artur Moreira de Sá, que foi o seu promotor e o autor da segunda das referidas publicações. O *Chartularium* foi, após a morte daquele Mestre, continuado por grandes especialistas, como o saudoso Prof. Doutor Francisco da Gama Caeiro, o Padre António Domingues de Sousa Costa e os Drs. Alice Estorninho e Miguel Pinto de Meneses, todos eles merecedores da nossa viva admiração pelo valioso trabalho realizado em prol de um projecto em boa hora lançado pelo Prof. Doutor Moreira de Sá, que muito enobrece a nossa história cultural¹. O *Chartularium* e o *Auctarium* são um autêntico manancial de informações que importa explorar, a fim de se colher uma visão adequada da história da nossa Universidade.

De referir a bula de Júlio II, a pedido do Rei Venturoso, sobre a união de benefícios à Universidade para satisfazer mais facilmente o salário dos mestres, doutores e lentes². O «Rei Venturoso» prosseguia assim a política de D. Afonso V e de D. João II.

¹ O vol. I do *Chartularium* foi editado pelo Instituto de Alta Cultura, em 1966; os volumes seguintes (o vol. XV saiu em 2003) foram editados pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, pela Junta de Investigação Científica e Tecnológica e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Os documentos contidos no *Auctarium* são a transcrição de dois grossos volumes manuscritos conservados no Arquivo da Universidade de Coimbra. Também mereceram a nossa atenção as *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*, de Francisco Leitão Ferreira. JOAQUIM DE CARVALHO, em «Instituições de Cultura», in *História de Portugal*, ed. de Barcelos, vol. IV, Porto, p. 241ss. fornece uma excelente síntese da história do *Studium* de Lisboa no período manuelino. Vid sobre as Universidades nas épocas medieval e moderna: H. DENIFLE, *Die Entstehung der Universitäten des Mittelalters bis 1400*, Berlin, 1885, reed., Graz, 1956; G. KAUFMANN, *Geschichte der deutschen Universitäten*, 2 vols., Stuttgart, 1888-96, reed., 1958; H. DENIFLE e E. CHATELAIN (ed.), *Chartularium Universitatis Parisiensis*, 4 vols., Paris, 1889-97; H. RASHDALL, *The Universities of Europe in the Middle Ages*, 3 vols., ed. F. M. Powicke e A. B. Emden, Oxford, 1936, reed., London, 1942-58 e Oxford, 1988; A. B. COBBAN, *The Medieval Universities: Their Development and organization*, London, 1975; *Università e società nei secoli XII-XVI. Atti del nono convegno internazionale di studio tenuto a Pistoia nei giorni 20-25 settembre 1979*, Pistoia, 1982; *A History of the Universities in Europe: vol. I: Universities in the Middle Ages*, ed. por Hilde de Riddler-Symoens, Cambridge, 1992; vol. II: *Early Modern Europe (1500-1800)*, ed. por Walter Rüegg, Cambridge, 1996.

² Doc. 4075, de 4 de Julho de 1505.

Sublinha o pontífice o facto de o soberano ter procedido à reforma da instituição académica, para a qual mandara construir edifícios novos em Lisboa³.

D. Manuel (1495-1521) foi o primeiro protector da Universidade eleito pelo corpo docente e o 7.º na série de protectores desde o Infante D. Henrique. Com data de 12 de Dezembro de 1495, temos uma carta de D. Manuel aceitando a eleição para protector da Universidade. E por volta de 1503 deu ao *Studium* os seus primeiros estatutos.

O texto de 1 de Dezembro de 1511 confirma os privilégios outorgados à Universidade portuguesa pelos reis seus antecessores⁴. O monarca ratifica, a pedido do reitor, lentes e conselheiros da Universidade de Lisboa, alguns privilégios a ela concedidos pelos reis seus antecessores, nomeadamente D. Fernando. Refere-se em particular aos caseiros dos lentes e seus oficiais⁵. E, por carta régia de 6 de Outubro de 1515, renovava e confirmava o privilégio de o reitor, professores, oficiais e escolares não pagarem dízima, portagem ou qualquer direito pelas coisas a eles destinadas⁶.

1. Introdução

Na Península Ibérica havia em 1500 as Universidades de Salamanca (1218/1219), Valladolid (de finais do séc. XIII), Lérida (1300), Huesca (1354), Barcelona (1450) Saragoça (1474), Palma de Maiorca (1483), Sigüenza (1489), Alcalá (fundada de novo em 1499), Valência (1500), e Lisboa (1290). Foram depois fundadas, até 1550, as de Sevilha (1505), Toledo (1521) e Santiago de Compostela (1526).

O humanismo, a imprensa e os descobrimentos foram indiscutivelmente factores importantes no desenvolvimento da educação e, em particular, das Universidades. «O saeculum! O litterae! Iuvat vivere; etsi quiescere nondum iuvat, Bilibalde! Vigent studia, florent ingenia. Heu tu, accipe laqueum, barbaries, exilium prospice!» Assim escrevia Ulrich von Hutten (1488-1523) ao conselheiro de Nuremberga, Willibald Pickheimer.

Nota-se, desde o séc. XV, o contributo valioso dado pelo humanismo para uma revitalização dos diversos «Studia». As «Litterae humaniores» cultivadas com esmero por autores como Bruni d'Arezzo (1370-1444), Coluccio Salutati (1331-1406) e Lorenzo Valla (1407-1457)⁷, a que se seguiram, entre outros, Ângelo Poliziano (1454-

³ Doc. 4075, de 4 de Julho de 1505 e respectiva nota, onde se fala da *Oração* proferida perante el-rei D. Manuel, em 18 de outubro de 1504 por D. Pedro de Meneses, conde de Alcútem, em que alude ao grande incremento dado pelo monarca aos estudos da Universidade e à edificação das «casas novas».

⁴ Doc. 4374.

⁵ Vid. *Chartularium...*, vol. I, onde há muitos privilégios fernandinos; e o *Livro Verde*, doc. 14, pp. 71-75.

⁶ Doc. 4620.

⁷ Foi um dos precursores de Erasmo, crítico de S. Tomás e de Aristóteles e escreveu as célebres *Elegantiae linguae latinae* (1444) em que preconiza o método filológico, as *Annotationes in Novum Testamentum* (1505) e o de *De voluptate* (1431).

-1494), poeta e humanista, discípulo de Ficino, que formou muitos discípulos em Florença e é autor de vários poemas em grego e em latim. De recordar ainda Pico de la Mirandola (1463-1494) que aprendeu hebraico em Pádua do judeu Elias del Mendigo, árabe e caldaico que o iniciou na tradição esotérica. Admitindo que a Cabala é um fragmento da revelação foi acusado de herético, tendo recebido a protecção de Marsilio Ficino. Entre as suas obras contam-se o *Heptaplon* (1489) e o *De ente et uno* (1491). Pietro Bembo (1470-1547), grande latinista e foi secretário do papa Leão X, foi ordenado sacerdote e veio depois a ser cardeal.

E quanto não havia a dizer de Erasmo, Marsílio Ficino (1433-99), Aldo Manúcio (1452-1515), primeiro universitário humanista e depois impressor e editor de livros; de Melancton (1497-) que na oração de abertura da Universidade de Wittenberg em 1518 reconhecia os esforços dos mosteiros beneditinos a favor dos autores antigos no período carolíngio e no séc. XII. As más traduções de Aristóteles e outros e os debates teológicos deturparam o saber⁸. Na oração inaugural da recém criada escola humanística de Nuremberga, em 1526, atribuíu a Florença não só a virtude de acolher de braços abertos os intelectuais saídos de Constantinopla, mas também o ter concedido bons salários como professores de grego⁹.

Não nos podendo alongar referimos apenas mais os seguintes: Luís Vives (1492-1540), professor em Lovaina em 1519, amigo de Erasmo, dedicou-se muito aos problemas da educação e instrução e foi grande apologista do matrimónio cristão¹⁰, Antonio de Nebrija (1441-1522) e o cardeal Cisneros (1436-1517), a quem se deve a célebre Poliglota de Alcalá em seis volumes (1514-17)¹¹.

A influência do movimento humanista nos diversos sectores do ensino universitário foi altamente valiosa, quer se fale das Artes quer das outras faculdades: Teologia, Cânones, Leis e Medicina.

Relacionado com este tema, convém lembrar certos aspectos da vida da Igreja que igualmente tiveram grande significado no funcionamento da Universidade renascentista: a crise da consciência eclesiológica, o grande cisma do Ocidente (1378-1417), as teorias conciliaristas e o concílio de Constância (1414-1418), os concílios de Basileia (1431-1437) e Florença (1438-1439), as monarquias pontifícia, italiana e universal, a pastoral do medo no período pré-reformista, os progressos do individualismo e o nascimento do laicismo e as reformas protestante e católica.

⁸ P. MELANCHTON, «Sermo habitus apud iuventutem Academiae Witebergensis de corrigendis adolescentiae studiis», in *Melanctons Werke in Auswahl*, vol. III, Güttersloh, 1961, p. 32-40.

⁹ P. MELANCHTON, «Oratio ...in laudem novae scholae habita Noribergae in corona doctissimorum virorum et totius ferme Senatus», in *Melanctons Werke*, nota 10, p. 67.

¹⁰ Vid. M. BATAILLON, *Erasmo y erasmismo*, nota prévia de Francisco Rico, 2.ª ed., Barcelona: Editoria, 1983; *Notes sur le Portugal au temps de l'humanisme*, Coimbra: Universidade, 1952; *Etudes sur le Portugal au temps de l'humanisme*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974; *Érasme et l'Espagne*, texto fixado por Daniel Devoto, nova ed. em 3 vols., coordenada por Charles Amiel, Genève: Librairie Droz, 1991.

¹¹ Reed. anastática, Madrid, 1984; em 1516 editara Erasmo o seu *Novum Instrumentum*.

2. O Humanismo em Portugal

A introdução do humanismo em Portugal deve-se a Cataldo Parísio Sículo que aqui chegou por volta de 1485. Foi intensa a actividade por ele desenvolvida em prol da cultura clássica, assunto primorosamente estudado por Américo da Costa Ramalho. As *Epistolae* de Cataldo foram editadas em Lisboa, em 1500.

Entre outros ilustres humanistas de então refiram-se Vasco Fernandes de Lucena, D. Fernando de Almeida e Diogo Pacheco que pronunciaram notáveis orações em louvor de diversos papas. Como professores e gramáticos distinguiram-se Pedro Rombo, Estêvão Cavaleiro e Lourenço de Cáceres. Outros humanistas célebres de princípios do séc. XVI foram Henrique Caiado, Aires Barbosa e o já referido Lourenço de Cáceres. Os dois primeiros estudaram em Itália, bem como Luís Teixeira, o mais importante dos três filhos do chanceler-mor João Teixeira, todos eles discípulos de Poliziano em Florença. Na nobreza salientaram-se D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim e futuro marquês de Vila Real e João Rodrigues de Sá de Meneses¹².

Antes de 1537 era o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra um importante centro de estudos humanísticos, onde brilharam mestres estrangeiros, como João Fernandes e Vicente Fabrício e vários portugueses. Nicolau Clenardo, ao passar por Coimbra em 1537, enalteceu o brilho dos estudos humanísticos em Santa Cruz¹³.

3. Portugueses no estrangeiro

Como escreve o saudoso Francisco da Gama Caeiro na excelente introdução ao vol. X do *Chartularium Universitatis Portugalis*: «É interessante que muitos estudante e lentes da Universidade de Lisboa referidos em documentos do volume IX, tanto do reinado de D. João II como do de D. Manuel, e do volume presente, frequentaram também Universidades de Itália, mormente as de Bolonha, Florença, Perugia, Pisa, Roma, Siena e Cúria Pontifícia e, igualmente em número elevado, a de Salamanca. Alguns evidenciaram-se no culto das letras, como insignes oradores e humanistas, ao mesmo tempo que se notabilizaram ao serviço de ambos os monarcas em actividades forenses e de chancelaria ou missões diplomáticas, relacionadas com a expansão e a evangelização portuguesas no Ultramar.»¹⁴

E prossegue Gama Caeiro: «D. Manuel que, na sua qualidade de administrador da Ordem de Cristo, se tinha salientado como mecenas dos estudos superiores e grande propulsor da actividade régia do seu cunhado na obra dos Descobri-

¹² D. PEDRO DE MENESES, conde de Alcoutim e discípulo de Cataldo (docs. 4143, de 20.8.1507 e 4146-47, de 1.9. 1507) é um dos humanistas portugueses estudados pelo Prof. Américo da Costa Ramalho estudou a questão da distinção de duas pessoas com o mesmo nome.

¹³ Sobre o humanismo em Portugal, vid. AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, *Estudos sobre a época do Renascimento*, Coimbra, 1969; IDEM, art. in *Verbo*, 10, 606-612.

¹⁴ *Chartularium...*, vol. X, introdução.

mentos, é figura proeminente em todas estas empresas que prosseguem no seu reinado, porventura ainda mais intimamente ligadas».

Às Universidades de Lérida, Salamanca, Sevilha, Bordéus, Montpellier, Paris, Toulouse, Valladolid, Bolonha, Ferrara, Florença, Pádua, Perugia, Pisa, Roma, Siena acorreram muitos jovens em busca do saber¹⁵. Com D. Manuel, a ida de estudantes voltou-se para França em que o Colégio de Montaigne teve um papel de relevo. Aí foram mantidos lugares cativos para estudantes portugueses, como se vê pelo documento de 21 de Janeiro de 1499¹⁶. É uma carta régia que instituía uma pensão de 1300 francos ouro para esse colégio, quando era seu principal mestre João, doutor em Teologia, que se dirigira antes ao monarca, tendo este decidido dispor da referida importância que havia sido retirada de um navio francês. O monarca diz: «...E como quer que a nos nenhuma coisa nam seja mais amada nem prezada que o serviço de Deus ao qual nos mesmo e nossas cousas todas encomendamos nos apraz de da dita soma de dinheiro em esta maneira ordenar queremos que em cada mês perpetuamente em esse colegio se celebre huma missa calada em a qual se faça memoria de nos e de todos nosos socesores e mais queremos que dous pobres de nosa nação de Purtugall sejam sostentados perpetuamente das cousas a seu viuer necessarias e eles lhe sejam emlegidos dous lugares deputados pera elles e ahy sejam pintadas as armas e quinas de nossos regnos e esta he nossa temçam e esta he nossa hultima vomtade...».

Entre tantos exemplos de portugueses que estudaram no estrangeiro lembramos: o Dr. João Pires ou Peres das Coberturas, das ordens de S. Tiago de Espada e Aviz, desembargador régio e conde palatino, que estudou nas Universidade de Lisboa, Perugia, Roma, Pisa, Ferrara e Sena¹⁷; o jurista e humanista Vasco Fernandes de Lucena, insigne orador, embaixador, cronista e chanceler-mor do reino¹⁸; o chanceler-mor Dr. Rui Boto, professor já durante o reinado de D. Afonso V na Universidade de Lisboa, que aparece nos principais documentos relacionados com a Universidade, saídos já da chancelaria régia¹⁹. Outros: o clérigo conjugado, como o doutor Rui Boto, João Fernandes Godinho, durante mais de 20 anos com encargos régios de justiça e de chancelaria²⁰. Luís Teixeira, tio, desembargador régio, estudou nas Universidade de Lisboa, Pisa-Florença, Roma, Perugia e Sena, devendo distinguir-se do sobrinho homónimo, humanista e preceptor do príncipe D. João III. O humanista ensinou em Ferrara e é o verdadeiro autor do *De rebus dubiis* e das

¹⁵ Têm sido vários os autores de estudos sobre a presença de escolares portugueses em Universidades estrangeiras, como Angel de Marcos Dios, Armando de Jesus Marques, Artur Moreira de Sá, Joaquim Veríssimo Serrão, Luís de Matos e Virgínia Rau,

¹⁶ Doc. 3798.

¹⁷ Docs. 3957, 4104 e 4256.

¹⁸ Doc. 4243 com nota explicativa.

¹⁹ Docs. 3893, 3924, 3942, 3965, 3977-82, 4039, 4046, com as notas correspondentes. Vid. também PAULO DRUMOND BRAGA, O doutor Rui Boto, homem da burocracia régia e mestre do Estudo Geral de Lisboa, in *Actas do Congresso «História da Universidade» (No 7.º centenário da sua fundação)*, vol. 5, Coimbra, 1991, 99-106.

²⁰ Doc. 3994-95, com notas e o doutoramento fora de Lisboa.

poesias trocadas entre ele, cavaleiro da ordem de S. Tiago da Espada, e o humanista italiano Daniel Fino²¹.

Também os Drs. Diogo Pinheiro e Pedro Vaz, futuro bispo da Guarda e capelão-mor de D. Manuel, ambos desembargadores régios, foram estudantes nas Universidade de Siena (o primeiro também na de Pisa-Florença), ficando depois ligados à ordem de Cristo e à expansão portuguesa. O bispo D. Pedro era, por vezes, incumbido pelo papa de conferir graus académicos fora das Universidade: casos de João Fernandes Godinho, Diogo Lopes e, da mesma data, de João Mendes. Neste último também figura o bispo de Fez.

No primeiro texto aparece a súplica de João Fernandes Godinho, leigo ou clérigo conjugado de Lisboa em ambos os direitos pela Universidade de Lisboa, onde estudou vários anos, e administrador da justiça por encargo dos reis de Portugal durante mais de 25 anos, com cerca de 60 anos de idade, sobre a dispensa do juramento que fizera de não receber os graus de licenciatura e doutoramento fora da mesma²².

Não podendo arrostar com as despesas das solenidades na recepção dos graus na Universidade («...nec possit in civitate et universitate praedicta propter immoderatas expensas dictum gradum assequi...»), solicita indulto de algum prelado ou prelados locais, onde não haja Estudo Geral, assistidos por dois ou três doutores ou licenciados em ambos ou num só Direito, lhe conferirem tais graus, com todos os direitos e prerrogativas que teria se os recebesse na Universidade de Lisboa.

A 13 de Janeiro de 1504, o papa Júlio II encarrega o bispo da Guarda e o chantre da colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém de conferirem os graus de licenciatura e doutoramento em ambos os direitos ao clérigo conjugado da diocese de Lisboa João Fernandes Godinho, com cerca de 60 anos de idade, o qual tinha estudado e recebido o bacharelato na Universidade de Lisboa e havia mais de 25 anos que administrava a justiça por ordem de el-rei de Portugal, tendo prometido com juramento não receber o grau de doutor senão naquela Universidade. No texto encontra-se a justificação: «sed ob maximas expensas que in susceptione graduum in dicta universitate fiunt...»²³.

De 14 de Julho de 1508, temos uma informação relativa a Diogo Lopes, cavaleiro da Ordem de S. Tiago da Espada, médico del-rei de Portugal e bacharel em Medicina, sobre a comutação das orações que devia rezar em razão da sua profissão, pelos sete salmos penitenciais, e sobre indulto de receber o doutoramento em Medicina fora das Universidades com os respectivos privilégios e direitos dos graduados nas mesmas²⁴.

²¹ Vid. J. ESPINOSA GOMES DA SILVA, «Sobre os dois doutores de nome Luís Teixeira», Lisboa, 1984, separata de *Boletim do ministério da Justiça*, e ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*, I, Bolonha, 1990, n. 20. p. 233-35: vid nota 2 ao doc. 3891. Importante foi o Colégio de S. Clemente de Bolonha para a formação de inúmeros escolares portugueses.

²² Doc. 3994.

²³ Doc. 3995.

²⁴ Doc. 4177.

A 3 de Agosto de 1508, o mesmo Diogo Lopes apresenta uma súplica semelhante, especificando os direitos e privilégios: nomeadamente os de ler, ensinar, disputar e reger cátedras, não obstante as concessões feitas a certas Universidades, sobretudo à de Montpellier²⁵.

Também daquela data, temos o breve de Júlio II dirigido aos bispos da Guarda e de Viseu, a fim de que ambos ou um deles confirmem o grau de doutor em Medicina a Diogo Lopes, com todos os direitos e privilégios pertencentes aos doutorados nas universidades, mesmo que tenha jurado não receber os graus senão na universidade em que estudava²⁶.

Henrique Caiado, antes de se votar ao estudo das Letras e do Direito nas Universidade de Florença, Bolonha e Pádua, estudou Gramática sob a disciplina de Pedro Rombo²⁷. Nas suas composições literárias, ele canta as glórias do Rei Venturoso, a quem dedicou o livro de poemas. Celebra em vários epigramas as proezas do soberano na descoberta de novas terras e povos, desde os negros até aos indianos²⁸. Caiado associa aos feitos portugueses o bispo da Guarda D. Pedro Vaz, doutor em ambos os Direitos e vigário da ordem de Cristo²⁹. Também louva Luís Teixeira e seus irmãos Álvaro e Tristão, os embaixadores D. Diogo de Sousa, bispo do Porto e arcebispo de Braga, o Dr. Diogo Pacheco, o Dr. João Castelo Branco, Martinho de Figueiredo, Fr. Gomes de Lisboa, professor da Universidade de Pavia durante algumas décadas.

Interessante é o texto de 7 de Agosto de 1508, em que vários escolares portugueses a estu-dar em Salamanca solicitam a concessão de privilégios em certas festividades, nomeadamente domingos e festas da Virgem, do ponto de vista litúrgico e em tempo de interdito³⁰.

Um dos estudantes da Universidade de Salamanca foi Rui Lopes, clérigo das dioceses de Coimbra e Évora, reitor da igreja de S. Tiago de Eiras, secretário do embaixador D. João Saldanha, junto do papa, que aparece como bacharel e lente de véspera de Cânones em docs. de Agosto e Novembro de 1498; a sua eleição confirmada pelo rei em 10 de Janeiro de 1499. Era secretário do embaixador de D. Manuel junto do papa (súplica de 14 de Julho de 1505). Aparece como lente de prima nos autos académicos de 1506 a 1510, tendo renunciado à cátedra em 17 de Dezembro de 1510.

²⁵ Doc. 4178.

²⁶ Doc. 4179.

²⁷ ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Portugueses...*, vol. II, 793. Henrique Caiado refere-se a Pedro Rombo num dos seus epigramas, de 1501, de quem foi mestre, o mesmo fazendo André de Resende na sua *Oratio pro Rostris* (1534). A carta-prefácio de Pedro Rombo, bacharel em Artes, ao impressor Valentim Fernandes, inserta no *Thesaurus pauperum*, de João Pastrana de Março-Abril de 1497 (doc. 3677).

²⁸ Por volta de 27 de Maio de 97, temos ainda a carta prefácio de Pedro Rombo, professor de gramática e arte poética, dirigida ao impressor Valentim Fernandes, onde se refere a vários professores de gramática, entre os quais António Martins, primeiro professor de gramática de Pastrana na Universidade de Lisboa (doc. 3686).

²⁹ ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Portugueses*, vol. II, pp. 809-11.

³⁰ IDEM, *Portugueses*, vol. II, pp. 813-17.

O texto de 4 de Julho de 1505 é um belo exemplar de escritura humanística da chancelaria, mas ressentido-se dos fracos conhecimentos de latim ou negligência de quem copiou o breve. Nele o papa Júlio II trata da união de benefícios à Universidade de Lisboa e fala da sua reforma pelo monarca ³¹.

Outros nomes de escolares em «Studia» de Itália, onde beberam o puro humanismo foram: Luís Teixeira, tio, desembargador régio, e seus sobrinhos Luís Teixeira e Álvaro Teixeira, em Itália e depois em Portugal; o Dr. João Peres ou Pires de Cuberturas; o Dr. Martinho de Figueiredo, senador ou conselheiro do monarca; os humanistas Dr. Francisco Cardoso e Dr. Diogo Pacheco, embaixador ao papa, que elogiou suas qualidades oratórias, prudência e capacidade diplomática, bem como o conhecimento de Direito Civil, letras e línguas; os bispos do Funchal, Dr. Diogo Pinheiro, e da Guarda, Dr. Pedro Vaz; e D. Diogo de Sousa, bispo do Porto e arcebispo de Braga; e outros prelados relacionados com a Universidade de Lisboa através das frequentes comissões e incumbências do papa para conferirem graus académicos fora das universidades.

Luís Teixeira, filho do conselheiro e chanceler-régio Dr. João Teixeira e freire da ordem de S. Tiago da Espada, depois de ter exercido com brilho o múnus de professor de Direito na Universidade de Ferrara, em contínuas relações com os humanistas de Itália, e de ter dedicado a obra *De rebus dubiis* a D. Manuel, regressou a Portugal, já quase no fim do reinado do Venturoso, e aqui foi preceptor do príncipe, futuro D. João III.

D. Manuel procurou que Diogo de Gouveia (nascido por volta de 1471), que foi estudar para Paris, viesse para Portugal, mas ele recusou. Licenciou-se e doutorou-se em Paris em 1510. Por volta de 1520 tomou conta do colégio de Santa Bárbara, que havia sido criado em 1460.

4. Concessões várias

Trata-se, de um modo geral, de concessões feitas a escolares que haviam concluído os seus estudos para que se pudessem graduar fora das Universidades. De alguns deles já se falou anteriormente. Assim, vários estudantes de Salamanca e de Lisboa recorriam ao papa com essa intenção e a razão era que eram caros os doutoramentos. Mas houve reacções, como foi o caso de André Dias de Escobar. Rui Lopes, lente da Universidade de Lisboa, que é doutorado pela Cúria em ambos os Direitos ³²; Aires Barbosa pede tal mercê; João de Bolonha, lente de Direito Civil em Lisboa ³³. A seriedade do sistema era assegurada pelas exigências do exame prévio e votos jurados dos doutores e licenciados assistentes.

³¹ Doc. 4180 com nota respectiva. Vid. J. VERÍSSIMO SERRÃO, *Portugueses no Estudo de Salamanca*, I, (1250-1550), Lisboa, 1962; e ANTÓNIO DE SOUSA COSTA, *Estudos superiores e universitários no reinado de D. João II*, *Biblos*, 63 (1987) (publicado em 1990), pp. 284-87.

³² Doc. 4075.

³³ Doc. 4067.

A acta de 30 de Abril de 1499 fala-nos de Afonso Madeira, clérigo de Silves, bacharel «*in utroque*», que estudara durante vários anos nas Faculdades de Direito Canónico e Civil do *Studium* Salmanticense e fora regente durante certo tempo da cátedra de direito Canónico na Universidade de Lisboa, suplica ao papa que autorize o seu doutoramento fora da universidade, a conferir pelo bispo de Coimbra, assistido por três doutores e seis ou sete bacharéis de ambas as faculdades ³⁴. A razão invocada são as despesas a pagar pelo acto: «...et propter graves expensas que fiunt in receptione gradus huiusmodi in dicta et aliis universitatibus, gradum ipsum in eodem Salamantino aut aliis universitatibus commode suscipere non possit...». Ficaria a usufruir das insígnias, de todos os privilégios, favores, graças, prerrogativas, antelationibus et indultis o custo.

No documento de 4 de Maio de 1499, aparece Diogo de Agracim, leigo da diocese de Lisboa e bacharel em Leis, residente em Valladolid e estudante na Universidade de Salamanca, a pedir ao papa o indulto para ser promovido à licenciatura e doutoramento em Direito Civil pelo mestre-escola da colegiada de Santa Maria de Valladolid, com a assistência de três doutores de Direito Civil, depois do devido exame, por não poder arrostar com as despesas exigidas pelas leis da dita universidade ³⁵.

No documento de 15 de Junho de 1499, lê-se que o papa Alexandre VI mandou uma bula ao bispo de Córdova, encarregando-o de conferir a Soeiro de Nóboa, leigo de Lisboa e bacharel em Decretos, os graus de licenciatura e doutoramento em ambos os direitos ou então só em Direito Canónico ou Civil, dispensando-o do juramento que fizera de os receber na Universidade de Valladolid, onde estudara vários anos. Ficaria a possuir todos os privilégios, etc. ³⁶.

Pelo breve de 12 de Junho de 1505, o papa confere as insígnias doutorais em ambos os Direitos, após informações de seus estudos em Salamanca por meio de D. Jorge da Costa (cardeal Alpedrinha), de D. Digo de Sousa, bispo do Porto, e dos embaixadores da obediência de D. Manuel na Cúria, João Saldanha e Dr. Diogo Pacheco, a Rui Lopes, clérigo da diocese de Coimbra e lente da Universidade, depois de ter estudado em Salamanca. Rui Lopes ficava com os privilégios dos doutorados nas Universidade de Bolonha, Salamanca, Lisboa ou quaisquer outras: «Viros enim qui animum suum doctrina et bonis moribus extolere curaverunt in eorum honorum gradibus libenter attolimus ut et ipsi fecisse se gaudeant et reliqui excitentur exemplo; volentes itaque te amplioribus favoribus et gratia iuxta persone tue meritum prosequi, tibi quod omnibus et singulis privilegiis, gratiis, libertatibus, exemptionibus, honoribus, antellationibus et prerogativis, quibus alii doctores, per nos et Romanos Pontifices ac in Bononiensi, Salamantina, Ulixbonensi et quibusvis aliis universitatibus Studiorum generalium iuxta Romanae Ecclesie et earum consuetudines, ritus et mores ac doctoratus huiusmodi promoti de iure, consuetudine seu privilegio aut alias utuntur, potiuntur et gaudent ac uti, potiri et gaudere poterunt quomolibet in futurum, uti, potiri et gaudere possis et debeas in omnibus et per

³⁴ Doc. 4305.

³⁵ Doc. 3951-52 ; doc. 3816, vol. IX,

³⁶ Doc. 3816.

omnia perinde ac si doctoratus gradum huiusmodi in eisdem universitatibus seu earum aliqua iuxta illarum ritus, consuetudines et mores suscepisse, motu et scientia similibus, presentium tenore, indulgemus...»³⁷

Também Aires Barbosa pede indulto, em 7 e 10 de Dezembro de 1502 e 20 de Abril de 1506, para receber os graus de licenciado e doutor em Teologia fora das Universidade. Na súplica de 7 de Dezembro de 1502, trata-se de uma súplica em que diz que é clérigo da diocese de Coimbra e mestre em Artes, que estudara vários anos em Teologia e desejava obter os graus de licenciatura e doutoramento na mesma, a fim de poder recebê-los fora das Universidade, com derrogação das concessões em contrário, feitas em atenção aos reis de Castela e Leão ou a el-rei de Portugal, e com todos os direitos inerentes aos graduados nas Universidade.

A 20 de Abril de 1506, Aires Barbosa aparece como professor de Retórica grega e latina na universidade de Salamanca; Barbosa leccionava retórica grega e latina na Universidade de Salamanca e mestre peritíssimo em Teologia e Artes «...quia est vir latinis et grecis vir excellens ac in Ginasio Salamantino publice latinam et grecam Rectoricam profitetur et in sacra theologia magister egregius et peritissimus et predicator insignis ac vita et moribus honestissimus». A presente súplica mostra que ele recebeu o grau de doutor em teologia fora das Universidades.

Pede a absolvição de irregularidade, devido ao homicídio involuntário de uma escrava etíope, quando tinha 14 anos, para ser promovido a todas as ordens sacras e respectivo ministério.

5. Os estatutos de 1503 (?)

O facto mais marcante neste período foi, sem dúvida alguma a promulgação dos primeiros estatutos da Universidade. Assistiu-se, como já se disse, no tempo de D. Manuel, a um incremento extraordinário dos estudos superiores, mas aquela promulgação representa certamente um momento alto para a vida universitária.

Contra as tradições, elaborou novos estatutos (1503?) que, entre outras coisas, estabeleciam que o reitor, já substituído aos dois reitores, como sucedera antes, fosse sempre eleito; seria não um escolar mas um fidalgo ou pessoa constituída em dignidade; que fosse ampliado o quadro das cadeiras, ficando a haver mais a de prima de Teologia e a de Filosofia Natural, acrescentadas depois com as de Sexto, de Decretais e de Astronomia³⁸.

Também determinou o aumento do número de professores e regulam com minúcia o sistema e tempo dos cursos e as condições e cerimónias dos graus. Assim mandava que os lentes, depois da leitura de cada lição, cujo tempo variava segundo a graduação das cadeiras, explanassem quaisquer dúvidas expostas pelos estudantes.

Os cursos até ao bacharelato compreendiam 5 anos de frequência, nas Faculdades de Teologia, Cânones, Leis e Medicina, e 3 em Artes. No fim desse tempo

³⁷ Doc. 4067.

³⁸ Docs. 3951-52 e 4109.

os que quisessem obter o bacharelato deviam ler e argumentar publicamente em 3 lições sobre as matérias dos seus cursos.

Até à aquisição do bacharelato, estas 3 lições constituíam o único acto que se fazia na Universidade.

Os estatutos não o referem, mas podemos pensar que seriam lidas em teologia as *Sententiarum libri quatuor* de Pedro Lombardo e, talvez, a Escritura; em Cânones, as Decretais; em Leis, o *Corpus juris civilis* e o Digesto; em Medicina, Avicena e Galeno; em Artes: a Arte de Pastrana em Gramática, as Súmulas Lógicas de Pedro Hispano em Lógica e a Metafísica e a Ética a Nicómaco de Aristóteles em Filosofia Natural e Filosofia Moral.

Na introdução, D. Manuel trata de aspectos relativos à boa governação: promover seus súbditos por virtudes ao fim sobrenatural e bem-aventurança para que fomos criados ordenando, estabelecendo «lex» justas, honestas, possíveis, proveitosas às almas, corpos, honras, etc.

Para isso, é necessário o príncipe ter grande cuidado e desejo que em sua província haja cópia e abundância de homens «de boas manhas, indústria, sabedoria e outras cousas utiles à comunidade principalmente estudo de letras pera ensinar as almas em a sanctissim fee & doutrina de Christo nosso Redentpor pella sacratissima theologia pera reger & gouernar a Sancta Igreja; e a Republica christã em boons costumes, paz & tranquillidade per os sagrados direitos canonicos & sanctas leis; pera saber curar corpos pella sciencia & arte de medecina & outras artes & sciencias que pera o sobredito seruem sam proueitosas e necessarias esto ham de fazer & conseruar os principes fundando estudos em os lugares notauéis de seus Regnos, dotando-os de sofficientes fauores & liberdades, honras & priuilegios.»

Foi por isso que os reis de Portugal seus antecessores fundaram Estudo Geral nesta cidade de Lisboa e o dotaram de rendas & muitos priuilegios asi do sancto padre como seus & por alguns rezoados respeitos el-Rei Dom Dinis o fez tesladar pera cidade de Coimbra. Fala de D. Henrique e das benificências por ele feitas.

D. Manuel doou outras casas, acrescentou os vencimentos dos lentes e oficiais e ordenou que houvesse mais a cátedra de véspera de Teologia e de Filosofia Moral.

E porque havia muitos estatutos, acordos e ordenações diversas segundo a variedade dos tempos e agora não são proveitosos, determinou que a partir de agora a Universidade do Estudo de Lisboa seja regida e governada por estes estatutos:

Não poderá haver estatutos feitos pela Universidade. Poderão requerer que se façam outros mas pedindo ao rei ou ao Protector.

Devem ser lidos anualmente.

Oficiais: um reitor «a que toda a Universidade obedeça como a cabeça», 6 conselheiros, 10 deputados e 5 lentes e 5 da Universidade, que sejam pessoas honradas e discretas, 1 conservador, 1 síndico, 1 recebedor, 1 bedel e escrivão, 2 taxadores das casas, 2 escrivães do conservador, 1 sacador do recebedor, 1 inquiridor, 1 guarda das escolas e solicitador, 1 chanceler. Todos seriam eleitos pela Universidade e confirmados pelo Protector, excepto o chanceler que seria sempre o lente de prima de Leis que seria também o conservador; o síndico seria o lente de véspera de Leis.

Vencimentos dos oficiais o reitor, os conselheiros, o chanceler, o inquiridor, os taxadores, os escrivães e o porteiro do conservador não recebiam nada.

O conservador recebia 6.000 rs por ano; o recebedor também 6.000 rs; o síndico 3.000; o bedel 3.000 mais 100 rs. De cada lente pelos alvarás que fizer; o guarda das escolas e o solicitador 6.000 rs; o sacador e o recebedor 3.000 rs.

Cadeiras do Estudo: prima e véspera de Teologia, três de Cânones (prima, terça e véspera), filosofia natural, filosofia moral, leis (prima, terça e véspera), medicina (prima e véspera), lógica e gramática.

Salários: o lente de prima de Teologia recebia 12 marcos de prata segundo o testamento do Infante D. Henrique, equivalentes a 30.000 rs.

O tempo que hão-de ler os lentes.

Que se não façam actos públicos em dia de ler.

Das ausências dos lentes.

Que todos os escolares se escrevam na matrícula.

Eleição do reitor e conselheiros e taxadores.

Quando não estiverem de acordo reitor e conselheiros.

Ofício do reitor e conselheiros.

Que os lentes não entrem em conselho nas coisas que tocarem as cadeiras ou lições.

Dos deputados.

Do tempo da missa.

Das procissões, missas, pregações e como irão ordenados.

Das armas.

Da honestidade dos vestidos.

Do recebedor.

Quando e como se farão os arrendamentos.

Quando e como se tomará a conta e se fará entrega.

Do conservador.

Do bedel:

Da guarda das escolas.

Do escrivão.

Dos cursos que hão-de fazer os que houverem de receber graus de bacharel.

Dos cursos e autos para ser licenciado.

Da licenciatura.

Quantos mestres ou doutores hão-de entrar no exame.

Doutoramentos.

Que se possa fazer licenciado a suficiência o que não tiver cursos e como.

Forma de juramento que hão-de fazer os que se graduarem.

Do hábito que terão os mestres e doutores.

Dos assentos.

Das vacaturas das cátedras e substituições e suas provisões.

Da concorrência nas vacaturas das cadeiras.

Que os lentes não procurem nem julguem.

Jubilação dos lentes.

O que não for bacharel não procure, nem cure nem leia em cadeira.

Dos doutores e mestres feitos por rescrito.

Havia ao todo 14 cadeiras (cap. 5): duas de Teologia, três de Direito Canónico, três de Leis, uma de Filosofia Natural, uma de Filosofia Moral, duas de Medicina, uma de Lógica e uma de Gramática³⁹.

6. O *Studium* de Coimbra

Em finais do séc. XV, temos informação de que houve ensino universitário em Coimbra: o documento de 16 de Novembro de 1492 fala de uma tença a João Vasques como mestre de Gramática em Coimbra⁴⁰. Outro documento, de 11 de Maio de 1497, concede uma mercê ao mesmo João Vasques, enquanto ensinar Gramática nos Estudos de Coimbra⁴¹. Outro, de 11 de Agosto de 1500, confirma João de Alcácer «para lente da cadeira de Gramática do Estudo da cidade de Coimbra.»

Pedro André aparece já em 4 de Dezembro de 1491 como seu conservador. A carta régia de 4 de Dezembro de 1491 concede graças e mercês ao bacharel Cosme Anes e nomeia-o conservador do Estudo de Coimbra e «mandando ao lemte e lemtes e escolares dos dictos estudos...que ajam do dito bacharel Cosme Anes por conservador do dito estudo...»⁴².

A 16 de Novembro de 1492, uma carta de D. João II de padrão de 4.000 reais brancos de tença por ano a João Vasques, bacharel em Leis, enquanto ensinar Gramática nos Estudos de Coimbra.

A 11 de Maio de 1497, uma carta de D. Manuel concede a João Vasques, bacharel em Leis, enquanto ensinar Gramática no Estudo de Coimbra, a quantia de 4.000 reais brancos anuais.

Outra carta de D. Manuel, de 11 de Agosto de 1500, confirma João de Alcácer como lente de Gramática do Estudo de Coimbra, sucedendo a João Vasques.

Será o mesmo João Vasques que em 13 de Maio de 1508 pede para receber o grau de mestre em Artes fora das universidades, mesmo contra os estatutos do estudo geral em que estudara e com todas os privilégios e direitos dos promovidos publicamente nas mesmas?⁴³

A 13 de Maio de 1508, o papa Júlio II encarrega o bispo de Évora e o chantre desta sé, ou um dos dois, de concederem o grau e insígnias de doutor em Artes a

N

³⁹ Os primeiros estatutos da Universidade no sentido estrito da palavra são os de D. Manuel, escritos por volta de 153. A Carta de Privilégios de D. Dinis, de 1308, e as Normas de D. João I, de 1431, só impropriamente se podem chamar estatutos. Em 1991, o Arquivo da Universidade de Coimbra procedeu a uma nova edição dos estatutos manuelinos acompanhados de uma introdução nossa.

⁴⁰ JOAQUIM DE CARVALHO, em *História de Portugal*, ed. De Barcelos, IV, 251-262, expõe o contexto dos Estatutos Manuelinos com grande clareza e boa ordenação. A leitura dos Estatutos Manuelinos mostra-nos que estamos perante um texto pedagógico do Renascimento. O Prof. José Sebastião da Silva Dias fala do estado do ensino no período manuelino com grande pormenor e rigor na sua obra *A Política cultural da Época de d. João III*, vol. I, Coimbra, 1969, p. 444.

⁴¹ Doc. 3486.

⁴² Doc. 3863.

⁴³ Doc. 3436.

João Vasques, leigo, da diocese de Évora, bacharel nesta disciplina, com a assistência de dois ou três mestres em Artes e depois de exame na mesma matéria, outorgando-lhe todos os privilégios e prerrogativas dos doutorados nas universidades ⁴⁴.

7. Os judeus e a Medicina

Acerca da medicina e do papel que tiveram no seu exercício os judeus, encontramos alguns documentos que merecem uma atenção especial e que passamos a referir: mestre António de Lucena, doutor, foi físico-mor do Reino; mestre Francisco, doutor em Medicina, aparece mencionado várias vezes. O facto de, em 1496, ter sido decretada a expulsão dos filhos de Moisés representou um alto revés para a promoção da cultura, como mais tarde, em 1759, sucederia com idêntica medida relativamente aos discípulos de Inácio de Loiola. O País perdeu imenso com tais medidas.

Na acta do conselho de 4 de Fevereiro de 1514, intitulada «acordo sobre o que propos o físico mor», a qual está riscada, foi determinado que bastava o exame e aprovação na Universidade para que os médicos pudessem exercer a sua profissão, de acordo com a proposta do físico-mor, mestre António: «e por ele foi dito que se agravava de o conselho aver de dar licença e carta a pessoa alguma posto que seja doctor em Física pera curar somente per sua licença e carta do dicto físico mor, etc. E sobre o dicto caso per o dicto Senhor Bispo fforam tomadas vozes per todolas as pessoas do dicto conselho e acordaram nemine discrepante que todo físico que for aprouado em universidade nom seja obrigado a ser mais examinado pelo dicto físico mor nem auer sua carta nem licença per curar somente abaste o exame e aprouaçam da dicta universidade onde for aprouado (E quanto) e bem asi foi acordado que os físicos latinos e que teuerem nome de letrados se façam bachares e sejam examinados no dicto studio e dele ajam suas cartas e licença pera poderem exercitar sua scientia sem mais exame nem carta do físico mor e quanto he aos outros físicos per lingoagem ou per ebraico ou per outra lingua que estes taes fiquem ao exame do dicto físico mor auelos de examinar no dicto studio com os lemtes da dita scientia segundo se contem na carta do dicto físico mor e por que asi foi acordado eu bedel esto scpriui ⁴⁵.

Com a mesma data de 4 de Fevereiro de 1514, temos o conselho onde se resolveu que, para exercer a função de médico, era preciso ser graduado, examinado e aprovado no Estudo Geral de Lisboa ou em outro qualquer.

«Acordo sobre o agrauo do físico mor – Aos iiij dias do mês de Feureiro de mjl bcxiiij annos nas Scolas Geraes do Studo de Lixboa em conselho, perante o reverendo senhor dom Joham bispo de Çaphij etc. rector do Studo e Vniuersidade da dita cidade lentes, deputados e conselheiros do dito Studo, pareceo o doctor António de Lucena, físico-mor e per elle foi dito que o dito senhor rector e conselho ho tinham agrauado em darem licença e carta a pessoa alguma pera poder curar nem vsar de

⁴⁴ Doc. 4166.

⁴⁵ Doc. 4167.

Física se nam per carta e licença dele dito físico mor e caso que o tal físico fose doctor nom podia curar nem vsar. E tambem se agrauava de ho dito Studo mandar constringer os físicos que nom tinham grao e curavam per sua carta que nom curassem sem primeiro tomarem grao na dita scientia, o que o dicto Studo nom podia fazer por a ele sóo pertencer dar licença pera poderem curar geralmmmente segundo sua carta que tinha de físico mor, pedindo em conclusam ao dicto senhor bispo rector e conselho que todo fose bem visto e determinassem o que for justiça e proposto asi todo pelo dicto físico mor como dito hé o senhor bispo e rector mandou ao dico físico mor que leixase a casa pera se no dicto caso tomar conclusam e sendo fora o dicto físico mor o dicto senhor bispo e rector tomou as vozes e per todos foi acordado nemine discrepante que todo físico que for graduado examinado e approuado no dito ou em outro qualquer Studo Geral posa curar e vsar de sua Física sem maes exame nem carta do físico mor por que semel approbatus non debet iterum approbari e quanto hé aos outros físicos latinos que curam sem serem graduados sejam constringidos que tomem seus graos segundo forma do statuto que manda que nenhuum nom posa curar sem ser graduado sob pena de X cruzados pera o dicto Studo. E quanto hé aos físicos que curam per ebraico ou per caldaico ou per outra lingoagem estes sejam exminados no dito Studo com os lentes da Faculdade segundo se contem na carta do dito físico mor nos quaes se conta seu priuilegio e nam nos que sam examinados e graduados em Universidades e Studos Geraes. O que asi acordado e determinado pelo conselho o dicto senhor rector mandou que asentase pela maneira que foi determinado. O bedel esto scpriui.

Assinam: Johanes Episcopus Zaphii – M. I. Cas d. M. Theus – Petrus Rombo – Santoloy canchalarius e Joham – frater Ludovicus de Raz – Fernam Dafonso.» ⁴⁶

Há um rol de médicos ou cirurgiões (entre eles, um alemão), que receberam autorização do monarca para exercer medicina ou cirurgia após exames presididos por físicos-mor ou cirurgiões-mor, com a participação de outros médicos, segundo o regimento profissional dado pelo rei. Foi o caso do bach. Luís Soares a quem D. Manuel concedeu autorização para praticar Física, depois de ter sido examinado pelos doutores e mestres Afonso, Nicolau Coronel, Gil, Henrique e Diogo, físicos régios, sendo a carta passada a 1 de Outubro de 1515 pelo doutor mestre Afonso, físico-mor, segundo a acta do conselho de 1 de Outubro de 1515 ⁴⁷; outro documento relativo a judeus é o de 6 de Março de 1499: Na antiga judiaria grande, na casa que foi estudo dos judeus, fez-se uma arrematação ⁴⁸.

A acta do conselho de 25 de Janeiro de 1496 contém uma carta de D. Manuel o judeu rabi Salomão Celbehme (?) para Física ⁴⁹.

De 4 de Junho de 1499, temos uma carta de licença a mestre Luís, físico, para ter livros de Medicina em hebraico: «A quamtos esta nosa carta virem fazemos

⁴⁶ *Auctarium...*, vol. I, doc. 416. Em nota: «Foi riscado por que vai avante mais decrarado.»

⁴⁷ *Auctarium...*, vol. I, doc. 417.

⁴⁸ Doc. 4618.

⁴⁹ Doc. 3799.

saber que a nos praz dar lugar e liçemnça como de feito por este damos a mestre Luis, físico, mora-dor em a nosa cidade de Évora que sem embargo da ordenação e defesa ser em contraíro elle posa teer liuros de Fysica espiritos em abrayco sem por elo emcorrer em penna allgumua e por sua seguramça mandamos pasar esta per nos asinada. Dada em Lixboa a iiij.^o dias de Junho. Joam Paaez a fez anno de mill e iiijclRix annos.»⁵⁰

Um caso que merece uma atenção particular respeita a Ana Rodrigues, natural de Redondela (Sevilha), que sabia Medicina e era perita nessa arte suplica que lhe seja concedido exercer a Medicina em Portugal e ser graduada nesta especialidade. É o que se lê na acta de 17 de Julho de 1517⁵¹. Pede para ser examinada por doutores, licenciados ou bacharéis, que a julguem idónea e lhe dêem licença de a exercer em toda parte, encarregando-se da execução o chantre e o mestre-escola de Silves: «Anna Roderici, mulier opidi de la Redondela, Ispalensis diocesis, exponit quod, licet ipsa in arte medicine satis perita et expertissima existat ac per plures annos artem huiusmodi exercuerit, nichilominus eadem oratrix per aliquos eius emulos super exercitio huiusmodi indebite molestari posse. Supplicatur, etc., quatenus si, adhibitis iudicibus infrascriptis, duobus aut tribus in arte huiusmodi magistris, doctoribus, licentiatibus aut bachalariis, prefatam oratricem ad exercitium huiusmodi sufficientem et ydoneam esse reperiatur, eidem oratrici artem et exercitium medicine huiusmodi ubique exercendi plenam et liberam concedere facultatem. Et insuper quod iudicem seu iudices, qui eidem oratrici in premissis efficacia defensionis presidio assistentes, non permittant eam per loci ordinarium vel eius vicariumj seu officiales aut quoscunque alios iudices es personas, tam ecclesiasticas quam seculares, quacunque auctoritate, etiam apostolica, fungentes, etc., molestari, perturbari, etc. Contradictores, etc., invocato, etc.; deputare, non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus, iuramento, etc., roboratis, cetrisque contrariis quibuscunque, misericorditer mandare dignemini de gratia speciali. Fiat de speciali. M. Regens.

Committatur Cantori et Scolastico ecclesie Silvensis in Argarbio Lusitano et eorum cuilibet. (fiat M.). Contreras taxa gratis pro Deo paupere presente»⁵².

8. Colégios

Importante foi a criação dum Estudo Superior ou colégio universitário para 14 frades dominicanos e 6 jerónimos no convento de S. Domingos de Lisboa. Um texto de 26 de Abril de 1517 a dotá-lo de subsídio anual de 130 mil reis, 20 moios de trigo e 20 pipas de vinho; a súplica de 10 de Julho de 1517 sobre a confirmação apostólica do colégio destinado aos religiosos que desejassem estudar Artes e Teologia; e a bula original sobre esta súplica, com a mesma data, de Leão X.

⁵⁰ Doc. 3604.

⁵¹ Doc. 3822.

⁵² Doc. 4746.

De 10 de Julho de 1517, temos uma súplica de D. Manuel sobre a confirmação apostólica da fundação de um colégio universitário. Intitulado de S. Tomás, no convento de S. Domingos de Lisboa. Para 14 dominicanos e seis jeronimitas que quisessem estudar Artes e Teologia. Em 10 de Julho de 1517, Leão X confirma a criação do colégio universitário de S. Tomás. Protecção aos escolares portugueses de Paris. D. João Parvi (naturalizado).

9. Professores do Studium

TEOLOGIA

ÁLVARO DE LA TORRE, professor de Teologia.

ÁLVARO DE VILA FÉRTIL, padre agostinho, sacerdote e professor de Teologia, capelão e familiar do papa.

MESTRE BENTO.

FR. JOÃO DA MADALENA, padre agostinho, mestre, confessor da rainha D. Leonor, catedrático de Teologia da Universidade de Lisboa, vigário da igreja de Santa Maria de Caria.

BENTO DE PORTUGAL, também Fr. Bento de Lisboa, OESA, professor de Teologia na Universidade de Lisboa.

EDUARDO NUNES, OP e lente de Teologia.

GASPAR MENDES, franciscano e professor de Teologia.

GIL DE VITERBO, mestre geral dos agostinhos e professor de Teologia.

FR. GOMES DE LISBOA, professor de Teologia na Universidade de Pavia, escotista; professor de Artes e Teologia, vigário-geral apostólico de toda a ordem franciscana, bispo de Nazaré, professor na Universidade de Pavia, celebrado filósofo escotista

FR. JOÃO, flamengo, bacharel em Teologia e lente de Metafísica e Teologia.

FR. JOÃO CLARO, cisterciense, estudou na Universidade de Paris, onde em 1500 recebeu o grau de licenciatura. Entre 1507 e 1520 aparece como lente de Teologia na Universidade de Lisboa. Assina como doutor por Paris e abade de S. João de Tarouca e como «Frater Johannes Clarus, Doctor Parisius, Regis praeceptor» ou ainda «frater Joannes Clarus, Abbas S. Johannnis, doctor Parisius»⁵³.

JOÃO FRANCÊS, professor de Teologia.

FR. LUIS GOUVEIA, bacharel em Teologia, professor.

FR. LUIS DE RÁS, franciscano. do convento de S. Francisco e professor de Teologia em Lisboa, lente de Filosofia Natural.

FR. JORGE DE SANTARÉM, bacharel e professor de Teologia, dominicano, reitor da igreja paroquial de Vila Finela, diocese de Leão.

FREI MARTINHO (Martinho de Vasconcelos), franciscano do convento de Lisboa, mestre em Teologia pela Universidade de Sena, bispo de Mégara, mestre do Estudo Geral de Lisboa.

⁵³ Doc. 4767.

PEDRO MARGALHO, mestre do cardeal Infante D. Afonso de Portugal, clérigo de Évora, doutor em Teologia, ilustre professor e humanista e vice-reitor de Lisboa, estudou Artes e Teologia na Universidade de Paris e foi professor em Valladolid e Salamanca. No documento de 18. 8. 1520, aparece a suplicar, como clérigo de Évora e doutor em Teologia, a propósito do canonicato e prebenda magistrais ou doutorais da sé de Viseu, vacantes por morte de João Martins de Pinhel, a serem conferidos a um doutor em ambos os Direitos ou mestre em Teologia; diz que ele fora eleito e nomeado, mas duvidava do valor da apresentação e posse dos mesmos⁵⁴. A 12. 9. 1516, figura a súplica de «motu proprio» de D. Manuel para ser dado em comenda a seu filho Afonso de Portugal, com 8 anos de idade, o priorado do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a fim de se dedicar ao estudo das letras e mais facilmente se poder sustentar⁵⁵.

Pedro Margalho, ilustre professor e humanista, celebrado tanto na Universidade de Lisboa como na de Salamanca, até pela sua rivalidade com Francisco de Vitória, aparece nos autos da Universidade de Lisboa desde 1530, sobretudo depois que o conselho do Estudo Geral deliberou, em 2.4.1530, que o reitor pedisse ao rei, em nome da Universidade, ordenasse a mestre Pedro Margalho lesse a cadeira de prima de Teologia. Chegou a ser vice-reitor. Estudou Artes e Teologia em Paris. Foi exímio professor em Valladolid e em Salamanca. Em Valladolid (1527), participou na reunião teológica sobre as doutrinas de Erasmo. Foi amigo e colega de Aires Barbosa.

MARTINHO VASQUES, professor de Teologia, deão de Lisboa, protonotário apostólico e irmão do card. D. Jorge da Costa, residente na Cúria Romana.

MESTRE RODRIGO DA CRUZ, lente de Teologia.

FR. RODRIGO DE PORTUGAL, professo do convento franciscano de Lisboa, bacharel oponente de Teologia.

RODRIGO LOPES, padre agostinho, regente de véspera de Teologia.

N

⁵⁴ Vid. doc. 3991, de 5. 1. 1504 e nota explicativa. Foi monge cisterciense e professor universitário († 1520). Nascido talvez em Tomar, noviço em Alcobaça entre 1450 e 1455, abade eleito do mesmo mosteiro (1492), mestre em Teologia pela Universidade de Paris (1500), foi nomeado lente de véspera da Universidade de Lisboa e depois de prima (de 1515 até pelo menos 1518). Abade de S. João de Tarouca de 1514 a ca. 1520, foi reputado mestre universitário e monge fiel às tradições de Cister. Deixou várias obras, em latim e português, escritos em prosa e poesia, que testemunham a sua vasta e rica cultura. Deixou vários tratados ascéticos, filosófico-teológicos, morais e de devoção, entre elas as Horas de Nossa Senhora, em português, ornadas com figuras de dança macabra, cenas bíblicas, impressas em Paris, no ano de 1500.

⁵⁵ Sobre Pedro Margalho, entre outros, vid. JOAQUIM CERQUEIRA GONÇALVES, «Lógica e conhecimento em Pedro Margalho», in *História do Pensamento Português*, dir. de Pedro Calafate, vol. II: *Renascimento e Reforma*, Lisboa: Caminho, 2001, pp. 388-452. Não consta que o filho de D. Manuel, logo desde criança agraciado com numerosos benefícios eclesiásticos, nomeadamente com o cardinalato, tenha frequentado algum estudo geral, mas teve excelentes mestres, como Aires Barbosa que lhe dedicou o Antimoria em 1536 e Pedro Margalho. Já em 10 de Setembro de 1516, tinha sido provido no bispado da Guarda, cuja administração era confiada a D. Miguel da Silva, e teve outras sés catedrais, sendo elevado ao cardinalato em 1517. Foi nomeado arcebispo de Lisboa em 17 de Setembro de 1523. Protegeu os humanistas e foi zeloso prelado, merecendo grandes elogios de André de Resende.

CÂNONES E LEIS

AFONSO MADALENA, bacharel «in utroque», lente de véspera de Cânones e reitor, clérigo de Silves.

AFONSO MADEIRA, bacharel e lente de Cânones.

AFONSO MADEIRA, bacharel e lente de Cânones

AGOSTINHO AFONSO, lente de prima de Leis.

ÁLVARO DE FREITAS, reitor da igreja de Punhete, familiar do cardeal Alpedrinha, lente de Direito Canónico.

ANDRÉ MARIA, professor de Direito Canónico em Bolonha

ANTÃO SOARES, lente de Decretais.

ANTÓNIO DIAS, bacharel e lente de véspera de Leis e sobrejuíz e corregedor da Casa do Cível

ANTÓNIO LOPES fez exame privado em Leis, e parece ser a pessoa que é dada como estudante e lente de Direito Civil na Universidade de Lisboa e como seu procurador-geral de D. Manuel, e com actividades didácticas em Medicina

ANTÓNIO RODRIGUES, bacharel em Direito Canónico por Salamanca, lente de Instituta em Coimbra.

BRÁS NETO, doutor em Direito Canónico, clérigo, embaixador de D. João III, junto do papa, bispo de Cabo Verde, chantre da sé de Lisboa, professor de Direito na Universidade de Lisboa, vigário-geral e desembargador.

BRÁS NETO, doutor em ambos os Direitos, desembargador e juiz dos agravos da Casa da Suplicação, e juiz dos feitos das capelas, embaixador de D. João III junto do papa. Bispo de Cabo Verde, chantre da sé de Lisboa, professor de direito na Universidade de Lisboa, vigário-geral, provisor e desembargador no tribunal da sé de Lisboa, descendente da linhagem dos Netos de Salamanca, clérigo beneficiário nas igrejas de Santa Maria e S. Salvador de Torres Novas.

COSME ANES, bacharel, conservador do Estudo de Coimbra, lente de Cânones, juiz do Cível em Lisboa.

DINIS GONÇALVES, bacharel em Cânones, lente do Sexto das Decretais em Lisboa.

DIOGO LOPES, lente de Cânones, clérigo de Coimbra.

DIOGO TEIXEIRA, candidato a lente de Cânones.

DIOGO PIRES, bacharel em Leis e lente de Instituta.

ESTÊVÃO JORGE, lente de prima de Direito Civil.

FERNÃO RODRIGUES, lente de véspera de Cânones.

FRANCISCO ÁLVARES.

FRANCISCO ANES, oponente à cadeira de Cânones na Universidade de Lisboa, prior do mosteiro de Santo Agostinho, da diocese de Braga.

FRANCISCO FERNANDES.

FRANCISCO GENTIL.

FRANCISCO FERNANDES, bacharel, lente de Cânones, escolar e bacharel em Cânones, frequentou o Estudo de Lisboa, onde ensinou Cânones, foi conselheiro do Estudo de Salamanca.

FRANCISCO DE MARIS, licenciado e lente de Cânones.

FRANCISCO PIRES, escolar de Leis e depois lente de Instituta.

FRANCISCO TAVARES, doutor, opositor à cadeira de prima de Cânones.

GONÇALO LOURENÇO.

GONÇALO VAZ, lente de prima de Leis.

HEITOR AUGUSTO, lente de Cânones.

JOÃO ÁLVARES.

JOÃO DE BOLONHA, bacharel em Direito Civil pela Universidade de Salamanca, catedrático na Universidade de Lisboa, clérigo de Lisboa.

JOÃO CARNEIRO, lente de Cânones.

JOÃO CARREIRO, lente de Cânones.

JOÃO GIL, clérigo de Évora, doutor em decretos, notário apostólico, cônego e chantre de Lisboa, lente da Universidade, estudou na Universidade de Sena, doutor «in utroque», procurador do card. Alpedrinha na Cúria Romana, arce-diago de S. Pedro de France, visitador de Santo André de Mafra, capelão do Estudo Geral, vice-reitor de Lisboa

JOÃO LOURENÇO, bacharel, licenciado e doutor em Cânones e depois lente.

JOÃO MONTEIRO, bacharel, licenciado e doutor em Cânones e depois lente.

JOÃO VASQUES, diocese de Coimbra, e bacharel «in utroque», lente de Cânones na Universidade de Lisboa, recebeu o grau académico na Universidade de Salamanca,

JOÃO VAZ, bacharel em Direito Canónico, lente de Cânones.

JORGE FERNANDES.

D. LUÍS, professor de Direito Canónico em Bolonha.

LUÍS AFONSO, lente substituto de Cânones.

FR. LUIS TEIXEIRA, doutor «in utroque», humanista, e herdeiro universal do doutor João Teixeira, que foi embaixador do papa Sisto IV, desembargador e vice- chanceler de D. Afonso V e D. João II, reis de Portugal, e professor em Ferrara, freire da ordem de Cristo.

PERO LOURENÇO, doutor, lente de Cânones.

RUI BOTO, doutor, lente de Leis pela Universidade de Lisboa e desembargador, depois conselheiro régio e chanceler-mor do Reino; doutor e lente de Leis na Universidade de Lisboa, clérigo conjugado, pai do Dr. Jorge Machado e chanceler-mor.

PEDRO AFONSO, bacharel em Decretos, preceptor da ordem de Santo Antão em Portugal, estudante e regente de Direito Canónico em Lisboa e ouvidor da cúria da arquidiocese de Lisboa.

RUI LOPES – O texto datado de 12. 6. 1595 fala do doutoramento de Rui Lopes em Roma, concedido por Júlio II, após informações dos seus estudos na Universidade de Salamanca por meio do card. D. Jorge da Costa, do bispo do Porto, D. Diogo de Sousa e dos outros embaixadores de D. Manuel na Cúria, João Saldanha e Diogo Pacheco. O papa fá-lo doutor e concede-lhe os privilégios próprios das outras universidades– Rui Lopes foi lente de véspera de Cânones, cuja eleição foi confirmada por D. Manuel em 10.1.1499. Aparece como lente de prima de Cânones nos autos académicos da Universidade de Lisboa desde 1506 até 1510, tendo renunciado à cátedra em 17 de Dezembro de 1510 – lente do Estudo de Lisboa, acompanhou a embaixada de D. Manuel I ao papa Júlio II, que o doutorou em Roma na presença dos embaixadores portugueses, foi

notário ou protonotário apostólico e tinha feito benefícios sobretudo nas dioceses de Coimbra e Évora.

SALVADOR FERNANDES.

SEBASTIÃO GONÇALVES, sacerdote de Braga, bacharel, lente de Decretais e de Sexto.

MEDICINA

MESTRE AFONSO, escolar e bacharel em Artes e Filosofia, doutor, bacharel em Medicina, físico-mor e lente de prima de Medicina.

GONÇALO ÁLVARES, professor de Lisboa, de Artes e Medicina, habitante de Santarém, bacharel, licenciado e doutor em Medicina.

MESTRE JOANE, lente de Física.

MESTRE AFONSO, físico de D. Manuel, lente de véspera de Medicina.

JOÃO DO REGO, doutor em Medicina, catedrático desta disciplina na Universidade de Lisboa, pai de Jorge do Rego.

JOÃO MARTINS, lente de Física.

FR. PEDRO, OSFR., concorrente à cadeira de véspera de Medicina.

PERO FERNANDES.

PERO GONÇALVES, bacharel, conselheiro da Universidade de Lisboa, candidato para a substituição da cadeira de prima de Medicina em 19.11.1513 e para a cadeira de Metafísica em 16.2.1514.

HUMANIDADES

AGOSTINHO HENRIQUES, lente de Lógica.

AIRES BARBOSA ou Ário Barbosa, clérigo de Coimbra, professor de Retórica grega e latina na Universidade de Salamanca e mestre peritíssimo em Teologia e Artes, foi mestre de D. Afonso de Portugal e autor do Antimoria.

ÁLVARO FERNANDES, lente de Lógica.

ANTÓNIO MARTINS, professor de Gramática.

BERNARDIM RIBEIRO, professor de Lisboa.

FREI CRISTÓVÃO, conselheiro da Universidade e lente de Lógica.

DIOGO LOPES, lente da Universidade de Lisboa, clérigo de Coimbra.,

ESTÊVÃO CAVALEIRO, lente de Lógica.

EUSÉBIO DE GRANITO, bispo de Capri, da ordem dos Servitas.

FR. FRANCISCO, OP, lente de Metafísica.

FR. FRANCISCO DE SANÁBRIA, lente de Metafísica.

FR JOÃO, flamengo, bacharel.

MESTRE JOÃO AFONSO, lente de Gramática de Arte Nova Nova.

JOÃO DE ALCÓCER, lente de Gramática.

MESTRE JOÃO CLARO, catedrático de Medicina?

JOÃO FERNANDES, lente de Gramática Velha e de Filosofia.

JOÃO FERNANDES, lente da Universidade Lisboa.

JOÃO GARCIA, mestre de Gramática do Estudo de Lisboa, morador no bairro dos escolares de Lisboa.

JOÃO GONÇALVES, lente de Lógica.

JOÃO VASQUES, bacharel, lente de Gramática no Estudo de Coimbra.

LEONEL FERNANDES, lente de Filosofia, 125, 349); mestre em Artes e Teologia, lente de Filosofia na Universidade de Lisboa, irmão do doutor Jorge Fernandes, doutor em Direito Canónico, reitor da igreja de Santo André de Lisboa e familiar do card. Alpedrinha, cónego de Évora.

FR. LUÍS, lente de Lógica.

LUÍS DE RÁS, mestre e capelão, mestre em Teologia, lente de Filosofia Natural,

MARTINHO DE FIGUEIREDO ou Martinho Eanes de Figueiredo, reitor da igreja de S. Tiago de Piães, diocese de Lamego, estudante de Direito Canónico e Civil na Universidade de Bolonha e Ferrara, famoso humanista, senador de D. Manuel e professor da Universidade de Lisboa.

MIGUEL DE PIETRA SANTA, regente do Estudo de Minerva dos frades dominicanos e lente da Universidade de Roma.

PEDRO DE LOURENÇO, doutor e embaixador ao papa.

PEDRO DE OEIRAS, professor de Gramática.

PEDRO ROMBO, lente de Gramática na Universidade de Lisboa.

PEDRO ROMBO, bacharel em Artes e lente de Gramática, Arte Nova e Poética.

MESTRE RODRIGO, lente de Filosofia.

SEBASTIÃO DE OEIRAS, lente de Gramática Nova.

VICENTE EANES, bacharel, lente de Filosofia.

Os professores eram jubilados após 20 anos e privilégios como em Salamanca. Alguns casos: Gabriel Gomes (Artes), Manuel Gomes, Diogo Gomes (estudou Cânones em Salamanca), Pero Fernandez de Córdoba (bach em Artes, Filosofia e Medicina por Salamanca), João Dinis (idem), Afonso Bernaldez (idem), Estêvão de Lagos, (idem), Damião Martins (Leis), Pedro Afonso (Cânones), André Jorge (Cânones) em Salamanca).

10. Outros assuntos versados nas Actas Universitárias

Bens do Dr. Mangancha (há dois documentos, de 30.7.99 e de 14.3.1500: uma carta de D. Manuel mandando entregar à Universidade de Lisboa, como administradora da capela do doutor Mangancha, uns pinhais no termo da vila de Almada e umas herdades em Beja)⁵⁶; *casa do bedel*; *confraria do Studium* (sendo referidos os nomes de Afonso Anes, escrivão, António Gonçalves, oficial e escrivão, António Vidal, mordomo, Bernardim Ribeiro, mordomo, Diogo Colaço, mordomo, Diogo Estêvão,

⁵⁶ Docs. 3829 e 3855.

mordomo, Estêvão Rodrigues, oficial, Fernão Gonçalves, escrivão, Manuel da Castro, recebedor, Moniz, escrivão, Rafael Gil, mordomo, Simão Tristão, recebedor e mordomo); *livraria* (obras mandadas efectuar em 12. 2.1513 e em 17.2.1513 fez-se o termo de entrega pelo recebedor de 58 volumes encadernados com Colaço, mordomo, Diogo Estêvão, mordomo, Estêvão Rodrigues, oficial, Fernão Gonçalves, escrivão, Manuel da Castro, recebedor, Moniz, escrivão, Rafael Gil, mordomo, Simão Tristão, recebedor e mordomo); *obras várias* (mandou-se suspender a construção das casas para o bedel por estarem a ser utilizados maus materiais e, em 12.2.1513, tratou-se da livraria); *livraria* (obras mandadas efectuar em 12.2.1513 e em 17.2.1513 fez-se o termo de entrega pelo recebedor de 58 volumes encadernados com obras de Teologia, Cânones, Leis e Artes que o licenciado Diogo Lopes deixara ao Estudo e de 70 livros de toda a ciência que já existiam nas Escolas Velhas; *capela do Estudo* (foram capelães João Gil, doutor e chantre de Lisboa e Luís Rás, mestre em Teologia e lente de Filosofia Natural).

11. Cargos

Almotacel: Agostinho Afonso, bacharel, Fernão Gonçalves Bernardim, Francisco Álvares, Gomes Nunes, bacharel em Cânones, João Aires, escolar e bacharel em Leis; *Bedel*: João Afonso; *cancelário do arcebispo de Lisboa*: Pedro Diogo, vice-presidente, doutor em Decretos; *chantre*: João Cotrim, Heitor Nunes, João de Ortega, regente de Filosofia Natural; *conservador*: António Lopes, Paulo António, mestre João, Rui Gonçalves Maracote; *guarda das Escolas*: Estêvão Fernandes, João Fernandes; *Porteiro João Fernandes*; *procurador do Estudo*: João Gonçalves de Carvalho, escudeiro, de Montemor-o-Novo; *recebedor*: Álvaro Fernandes, Fernão de Afonso, João da Mata; *reitores*: AFONSO MADALENA (1494 e 1498), bacharel «in utroque», lente de véspera de Cânones, reitor e clérigo de Silves; ÁLVARO ANES (1494), bacharel em Cânones, capelão da rainha; BRÁS AFONSO CORREIA (18.10.1506 e 19.7.1511); CRISTÓVÃO DA COSTA (1527-29), doutor, bacharel, vice-reitor desembargador da Casa do Cível e filho do doutor mestre Afonso, físico-mor; DIOGO DA GAMA (18.11.1511 e 31.1.1512); FERNANDO ÁLVARES DE ALMEIDA (18. 10. 1527), doutor, desembargador de D. Manuel I; D. FERNANDO SEQUEIRA (até 1512), sucedendo-lhe Francisco de Melo; FRANCISCO DE MELO (1529-1533), nobre, clérigo de Évora, bacharel e mestre de Artes, estudante de filosofia escolar e de Medicina e bacharel em Física, e de Teologia na Universidade de Paris, reitor da igreja paroquial de S. Miguel Arcanjo da diocese da Guarda; D. JOÃO, bispo de Safim (1513 a 1518); JOÃO ÁLVARES DE ELVAS (18. 10. 1512 e 26. 7. 1513); JORGE COTÃO (1526-27), corregedor, doutor; RUI GONÇALVES MARACOTE (Dezembro de 1505 a Janeiro de 1526), do desembargo régio, cavaleiro da Ordem de Cristo, corregedor com alçada dos feitos cíveis de Lisboa e seus termos⁵⁷; *selo do Studium*: o rei mandara fazer um

⁵⁷ Segundo os estatutos manuelinos de 1503 (?) o reitor era eleito no dia de S. Martinho de cada ano. Quanto à pessoa a escolher lê-se nos estatutos: «Queremos e mandamos que nenhum leme possa

selo grande em prata, a 5.12.1507, que foi entregue ao recebedor a 20.5.1508; a 20.8.1508 tomou posse dele o lente de prima de Leis, Gonçalo Vaz; de 29.10.1520 há um assento comprovativo de que o selo grande de prata havia sido confiado àquele lente⁵⁸; *síndico*: João Machado, Jorge Fernandes, doutor *in utroque*; *solicitador*: Pero Fernandes; *taxador*: Cristóvão Dias e João da Mata.

Depois da morte de D. Manuel a Universidade continuou a manifestar sinais evidentes de progresso. Faltavam 16 anos até D. João III a transferir, em 1537, definitivamente para Coimbra. Além de alguns dos professores já mencionados, encontramos outros, como Baltasar Limpo e Francisco de Monçon (Teologia), Garcia de Orta (Filosofia Natural), Tomás de Torres (Astronomia) e Pedro Nunes (Matemática), que emprestaram um lustre especial à vida do *Studium*, tendo vários deles passado para Coimbra. E foi aqui que o «Ente moral» criado em 1290 por D. Dinis viria a conhecer novo capítulo de grande fecundidade que se reflectiu em vários domínios.

seer rector nem vice rector, conselheiro nem vice conselheiro e que ho rector e conselheiro sejam de hidade ao menos de 25 annos e o rector que elegerem seja fidalgo ou homem constituido em dignidade...».

⁵⁸ *Auctarium...*, vol. I, doc.88, 52: «O sello grande que ElRey Dom Manuel nosso Senhor mandou fazer pera este seu Studo tem hum marco e quatro oncas e cinco reis e meo de prata de que se leuou de feitio XX cruzados douro e Fernam Dafonso, recebedor, recebeo o dicto sello da mão do oficial em XX dias de Mayo de 1508»; doc. XCIX: «O qual sello foy entregue a Licenciado Gonçallo Vaz, lente de prima de Lex em conselho per ho muito honrado Brás Afonso Correa, corregedor desta cidade e rctor do dicto Studo e lentes deputados e conselheiros delle...por quanto per statuto o dicto sello há (dandar) destar na mão do lente de Lex de prima...»; no vol. II, doc. 726 encontramos o assento comprovativo da entrega a Gonçalo Vaz e aí se diz que ele, como lente de Leis, era o chanceler da Universidade. A primeira referência ao selo universitário, após a mudança definitiva para Coimbra, data de 4 de Novembro de 1555, quando o reitor Afonso do Prado faz a sua entrega ao chanceler dr. Manuel da Costa, lente de Leis. Aí se diz que o selo que representava a «Sapientia» tinha à volta a inscrição: «Per me reges regant et legum conditores iusta decernuntera de prata. O mesmo acontece com o selo de 1595, feito pelo ourives Domingos Tomás. Sobre este tema, vid. ANTÓNIO G. DA ROCHA MADAHIL, *A insígnia da Universidade de Coimbra. Esboço histórico. No IV centenário da instalação definitiva da Universidade em Coimbra*, Coimbra, 1937; e ANTÓNIO DE VASCONCELOS, *O selo medieval da Universidade Portuguesa*, Coimbra, 1938, obra reeditada pelo Arquivo da Universidade em 1991.